

16.º Relatório Trimestral da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça outubro a dezembro de 2013

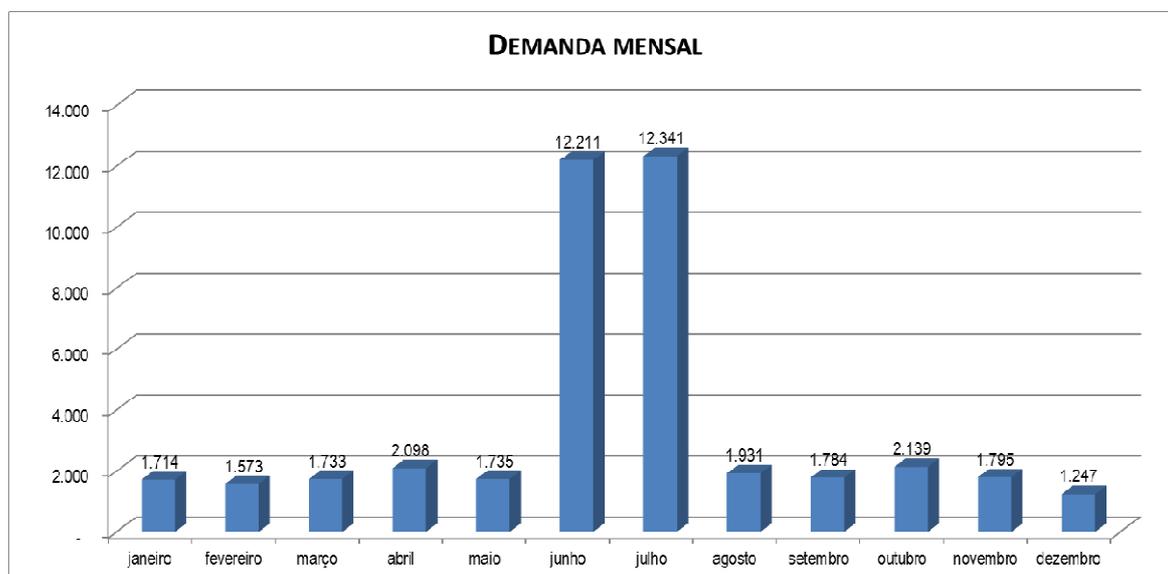
A Resolução 103, de 24 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103/2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro GILBERTO VALENTE MARTINS, eleito na 174ª sessão plenária, de 10 de setembro de 2013.

Este relatório é apresentado em Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de outubro a dezembro de 2013.

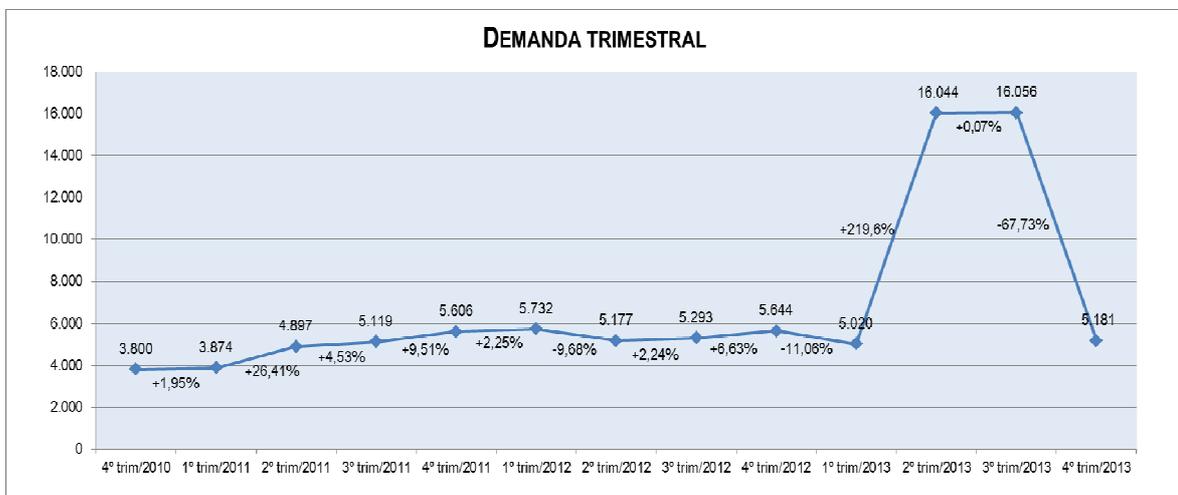
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No último trimestre de 2013, a Ouvidoria recebeu 5.181 demandas, não computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 540 manifestações.



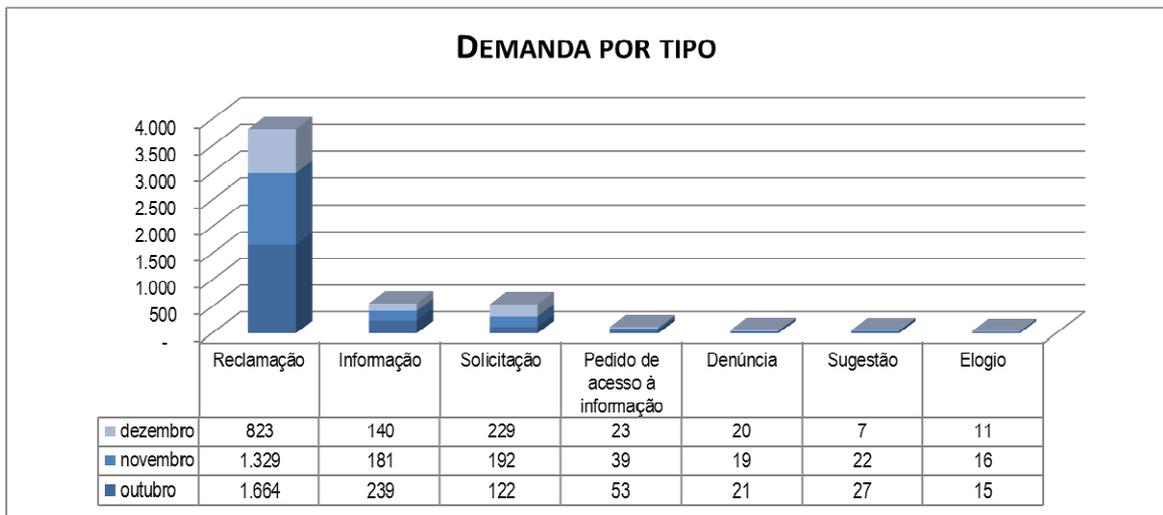
A média mensal no trimestre foi de 1.727 relatos, dado que representa redução de 67,73% quando comparado à média do terceiro trimestre de 2013, que foi de 5.352, porém, quando comparado ao primeiro trimestre do ano, representa aumento de 3,21%. A expressiva queda da média mensal entre os últimos dois trimestres é devida ao retorno à normalidade da demanda da Ouvidoria, após os picos de junho e julho, meses em que foram recebidas manifestações sobre o processo judicial da sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda – Telexfree.

O gráfico adiante permite observar a evolução entre o último trimestre de 2010 e o último de 2013. Na série entre o 4.º trim/2010 e o 1.º trim/2013, a demanda apresentou crescimentos suaves, com quedas no 2.º trim/2012 e no 1.º trim/2013. O segundo trimestre de 2013 apresentou acentuado crescimento, de 219,6%, e a demanda permaneceu alta no 3.º trim/2013. No 4.º trim/2013, a demanda retornou ao patamar normal.



A forma de comunicação mais comum com a Ouvidoria é a virtual, com 5.043 (97,34%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, e 97 (1,87%) por correio eletrônico. Nesse trimestre, a Ouvidoria passou a responder demandas enviadas pela Secretaria de Comunicação Social que chegam por meio das redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, contabilizando 28 manifestações no período. As demais manifestações foram recebidas por ligação telefônica (11 = 0,21%), por correspondência (1 = 0,02%) e ofício (1 = 0,02%). Esses números espelham apenas os atendimentos telefônicos cadastrados no sistema da Ouvidoria, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (3.816 = 73,5%), de pedidos de informações (560 = 10,79%), solicitações (543 = 10,46%) e pedidos de acesso à informação (115 = 2,21%), conforme o gráfico abaixo. Em comparação com o último trimestre de 2012, percebemos a mesma tendência, pois naquele período contabilizamos 3.620 (63,94%) reclamações, 999 (17,64%) pedidos de informações e 473 (8,35%) solicitações.



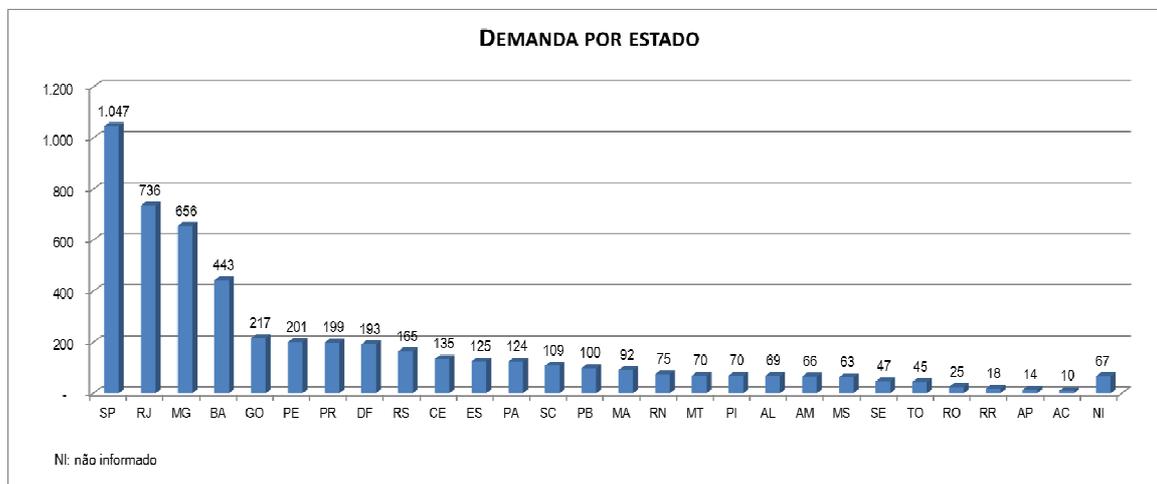
Foram registradas no formulário eletrônico da Ouvidoria duas notícias anônimas no trimestre.

Urge que a Ouvidoria do CNJ reavalie a vedação expressa da Resolução 103/2010 de recebimento de notícias anônimas, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para admitir que se faça ao menos análise preliminar da viabilidade e do potencial de consistência dessas notícias.

O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por advogados (20,38%), servidores públicos (19,17%) e aposentados (8,86%), perfil que demonstra constância quando comparado aos dados do último trimestre de 2012, em que 1.107 (19,61%) manifestações foram enviadas por servidores públicos, 1.001 (17,74%) por advogados e 575 (10,19%) por aposentados.

OCUPAÇÃO	TOTAL	%
Advogado	1.056	20,38%
Servidor público	993	19,17%
Aposentado	459	8,86%
Profissional liberal ou autônomo	417	8,05%
Estudante	413	7,97%
Empregado de empresa privada	381	7,35%
Desempregado	315	6,08%
Empresário	216	4,17%
Empregado público	198	3,82%
Militar	88	1,70%
Pensionista	69	1,33%
Jornalista	38	0,73%
Presidiário	16	0,31%
Magistrado	16	0,31%
Procurador/advogado público	11	0,21%
Perito	10	0,19%
Membro do Ministério Público	9	0,17%
Delegado de polícia	3	0,06%
Defensor público	3	0,06%
Não informado	470	9,07%
Total Geral	5.181	100,00%

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (1.047 = 20,21%), Rio de Janeiro (736 = 14,21%), Minas Gerais (656 = 12,66%) e Bahia (443 = 8,55%). Os dados seguem o mesmo padrão do último trimestre de 2012, em que 19,08% (1.077) dos relatos provinham de São Paulo, 15,01% (847) do Rio de Janeiro, 8,91% (503) de Minas Gerais e 7,55% (426) da Bahia.



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. O tema *morosidade processual* voltou a figurar em primeiro lugar, representando 38,12% das manifestações recebidas. O assunto será detalhado no item 2.3 deste relatório.

Os relatos que tratam de *decisão judicial* aparecem em segundo lugar, com 8,28%, sendo 430 registros e, em terceiro lugar, com 4,01% das manifestações, figuram demandas que tratam de *matéria de cunho jurisdicional*, no total de 208. A Ouvidoria, nesses casos, orienta o interessado a procurar um advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais próprias.

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, foram recebidos 115 pedidos, assunto detalhado no item 2.2.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça), somaram 210 registros, ou seja, 4,04% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Morosidade processual no Poder Judiciário	1.936	12	29	1	1			1.979
Decisão judicial	419	3	6		1	1		430
Matéria de cunho jurisdicional	152	14	41	1				208
Demanda fora da competência do CNJ	145	14	18	7	8	5	1	198
Atuação de magistrado	147	3	3	1	22		12	188

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	9	11	156	3				179
Consulta jurídica	20	88	23	3				134
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	112	5	13					130
Demanda insuficiente para classificação	79	21	16	4	3	1	2	126
Conciliação e mediação	13	64	40	2		2		121
Administração de tribunal	96	6	5	2	1			110
Como peticionar ao CNJ	58	29	10	1	2	1		101
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	93	3	2				1	99
Serventia extrajudicial	64	7	9	2	1			83
Andamento/situação de processo judicial	25	30	7	19				81
Cumprimento de decisão judicial	51		4		1			56
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	36	5	3	1				45
Melhorias para o Poder Judiciário	3		5			32		40
Atos normativos do CNJ	2	21	7	6		1		37
Atuação do Supremo Tribunal Federal	30	4	2				1	37
Outros concursos públicos	31	3	1					35
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	27	4	1	1				33
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	20	7	5	1				33
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	24	1		2	1		4	32
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	22	4	3		2	1		32
Consulta de mérito	3	23	4			1		31
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	23	1	2			3	1	30
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	8	9	6	1				24
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	21				1			22
Pesquisa		8	6	8				22
Processo sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda. (TelexTree)	21		1					22
Projetos/programas do CNJ	3	9	6	2				20
Acesso a sistemas do CNJ	2	6	5	2				15
Cumprimento de decisão do CNJ	12	1		1				14
Informações gerais sobre o CNJ		9		4			1	14
Projeto Pai Presente	1	9	3	1				14

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	1	4	3				6	14
Atividade jurídica (Res. 75/2009)		9	3	1				13
Concurso público para servidor do CNJ		9	1	3				13
Nepotismo no Poder Judiciário	8	2			3			13
Atos administrativos de tribunal	7	1	1	2		1		12
Cadastro Nacional de Adoção - CNA (Res. 54/2008 e Res. 93/2009)	2	7	1	2				12
Atuação do CNJ	1		3	1			6	11
Cartilhas produzidas pelo CNJ		4	7					11
Competência do CNJ	1	8	1		1			11
Decisão do CNJ	6	2	2	1				11
Processo eletrônico do CNJ (E-CNJ)	5	4	2					11
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	8	1	1					10
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	3	4	1	2				10
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	2				8			10
Assistência judiciária	4	1	4					9
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça			3	1			4	8
Banco de Dados de Mandados de Prisão - BNMP (Res. 137/2011)	3	4	1					8
Cumprimento da Lei de Acesso à Informação				8				8
Projeto Começar de Novo	3	2	3					8
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)		3	4					7
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)		7						7
Censo do Poder Judiciário	3	1	1			2		7
Metas nacionais do Poder Judiciário	1	6						7
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	7							7
Transparência CNJ			2	5				7
Mutirão carcerário	2	2	1	1				6
Projudi	6							6
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa - CNIA (Res. 44/2007, Res. 50/2008 e Res. 172/2013)	2	1	2					5
Justiça Aberta	1	2	1	1				5
Justiça em Números/estatísticas		1	1	3				5
Morosidade processual no CNJ	5							5

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	TOTAL GERAL
Portal do CNJ	1		2			2		5
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	2	1	1					4
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	3		1					4
Imprensa do CNJ		1	3					4
Atuação do Ministro Presidente do CNJ							3	3
Curso promovido pelo CNJ	1		2					3
Evento promovido pelo CNJ		1	1			1		3
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	2	1						3
Jurisprudência do CNJ - Infojuris		3						3
Renajud	2	1						3
Sigilo/anonimato		2			1			3
Tabelas processuais unificadas (Res. 46/2007)		3						3
Transparência Poder Judiciário	2			1				3
Concurso de remoção	2							2
Convênio/acordo/termo de cooperação técnica		2						2
Implementação da Lei de Acesso à Informação				2				2
Inspeções no Poder Judiciário		2						2
Modelos únicos de certidões		1		1				2
Nepotismo nos demais Poderes	1				1			2
Bacenjud (Res. 61/2008)		1						1
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas		1						1
Casamento civil entre pessoas de mesmo sexo (Res. 175/2013)			1					1
Estágio no CNJ		1						1
Inscrição de pretendente no CNA		1						1
Processo Físico do CNJ		1						1
Recesso forense/plantão judicial		1						1
Regulamentação do CNJ sobre a Lei de Acesso à Informação-divulgação das remunerações (Res. 151/2012)				1				1
Outros assuntos	11	17	41	3	2	2		76
Total Geral	3.816	560	543	115	60	56	42	5.192

2.1 DADOS DOS PROCESSOS

Dos relatos recebidos no trimestre, 3.107 (59,97%) continham os dados do processo a que se referiam, como número, unidade judiciária, instância, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo segue a discriminação segundo o ramo ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	2.130	68,55%
Justiça Federal	308	9,91%
Justiça do Trabalho	243	7,82%
Conselho Nacional de Justiça	180	5,79%
Superior Tribunal de Justiça	94	3,03%
Supremo Tribunal Federal	62	2,00%
Justiça Eleitoral	44	1,42%
Tribunal Superior do Trabalho	27	0,87%
Tribunal Superior Eleitoral	12	0,39%
Justiça Militar Estadual	2	0,06%
Justiça Militar da União	1	0,03%
Não informado	4	0,13%
Total geral	3.107	100,00%

A tabela abaixo agrupa os dados dos processos objeto de manifestação, conforme tratem de feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos julgados, com 47,7% das manifestações, e a maioria dos processos não estava na fase executória, com 59,58%. Em comparação com o período de outubro a dezembro de 2012 observamos a variação dos dados, pois neste intervalo a maioria não havia sido julgada (51,59%); no que se refere à fase de execução, há constância, pois a maior parte não havia alcançado tal fase (64,47%).

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	1.033	1.097		766	1.364		2.130
Justiça Federal	147	161		87	221		308
Justiça do Trabalho	195	48		151	92		243
Conselho Nacional de Justiça			180			180	180
Superior Tribunal de Justiça	47	47		29	65		94
Supremo Tribunal Federal	27	35		22	40		62
Justiça Eleitoral	15	29		8	36		44
Tribunal Superior do Trabalho	10	17		4	23		27
Tribunal Superior Eleitoral	5	7		2	10		12
Justiça Militar Estadual	2			2			2
Justiça Militar da União	1			1			1
Não informado			4			4	4
Total geral	1.482	1.441	184	1.072	1.851	184	3.107
	47,70%	46,38%	5,92%	34,50%	59,58%	5,92%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.801 (57,97%), tratava de morosidade processual, seguidas das concernentes a decisões judiciais, isto é, as que questionam o conteúdo de decisões, sentenças e acórdãos, com 337 (10,85%). Em terceiro, vieram demandas a respeito de questões jurisdicionais, no total de 160 (5,15%). Dada a sua importância e recorrência, o tema da morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

2.2 PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Recebemos no terceiro trimestre um total de 115 pedidos fundamentados na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

A maior parte dos pedidos solicitava informações sobre o andamento de processos judiciais, sobre o cumprimento da própria LAI, dados para pesquisas, e sobre assuntos alheios a atuação do CNJ.

2.3 MOROSIDADE PROCESSUAL

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 38,12% (1.979) dos registros recebidos entre outubro a dezembro de 2013. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 97,83% (1.979) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 8,29% são de pessoas com deficiência ou doença grave e 15,92% de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 67,86% são de pessoas do sexo masculino, como mostram os quadros a seguir. Ao comparar os dados deste relatório com os do quarto trimestre de 2012, percebeu-se constância nos percentuais, pois, naquele período, 8,38% foram manifestações de pessoas com deficiência, 20,32% de idosos e 68,83% de pessoas do sexo masculino.

	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO		
	TOTAIS	%	TOTAIS	%	TOTAIS	%	
Não	1.815	91,71%	1.664	84,08%	Feminino	636	32,14%
Sim	164	8,29%	315	15,92%	Masculino	1.343	67,86%
Total geral	1.979	100,00%	1.979	100,00%	Total geral	1.979	100,00%

Relativamente à origem por Estado, o Pará tem o maior percentual de demandas referentes à morosidade processual, com 65,04% do total ali originado, seguida de Alagoas, com 52,17%, e do Ceará, com 49,63%. A tabela seguinte revela variação no que tange ao quarto trimestre de 2012, no qual figurou em primeiro lugar a Bahia, com 49,18%, seguido do Ceará, com 49,09%, e do Sergipe, com 46%.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
PA	80	123	65,04%
AL	36	69	52,17%
CE	67	135	49,63%
BA	216	445	48,54%
RJ	354	739	47,90%
MS	30	63	47,62%
ES	54	126	42,86%
MA	39	92	42,39%
PE	81	201	40,30%
TO	18	45	40,00%
SP	411	1.049	39,18%
PB	39	101	38,61%
PI	27	71	38,03%
RN	27	75	36,00%
AM	23	66	34,85%
RS	57	165	34,55%
RO	8	25	32,00%
SE	14	46	30,43%
MT	21	70	30,00%
MG	188	657	28,61%
AP	4	14	28,57%
GO	60	217	27,65%
SC	28	109	25,69%
DF	48	192	25,00%
PR	44	202	21,78%
RR	3	18	16,67%
AC		10	0,00%
NI	2	67	2,99%
Total Geral	1.979	5.192	38,12%

NI: não informado

No quadro que se segue, detalha-se a classe dos demandantes. O maior percentual de demandas sobre morosidade processual originou-se dos advogados, com 54,15%, seguido dos aposentados, com 50,11%, e dos militares, com 46,59%. No quarto trimestre de 2012, as três primeiras posições estavam os pensionistas (47,3%), aposentados (47,01%) e militares (44,66%).

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAL	%
Advogado	574	1.060	54,15%
Aposentado	230	459	50,11%
Militar	41	88	46,59%
Pensionista	31	69	44,93%
Membro do Ministério Público	4	9	44,44%
Presidiário	7	16	43,75%

Desempregado	135	315	42,86%
Profissional liberal ou autônomo	156	418	37,32%
Procurador/advogado público	4	11	36,36%
Empregado de empresa privada	127	382	33,25%
Empregado público	64	199	32,16%
Empresário	67	216	31,02%
Perito	3	10	30,00%
Servidor público	272	994	27,36%
Jornalista	10	38	26,32%
Estudante	100	416	24,04%
Magistrado	1	16	6,25%
Defensor público		3	0,00%
Delegado de polícia		3	0,00%
Não informado	153	470	32,55%
Total Geral	1.979	5.192	38,12%

Das 3.107 manifestações recebidas com dados do processo, 1.801 foram classificadas com o tema *morosidade processual*.

Considerando este universo de dados, no que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.277 (71,7%), seguindo-se a Federal, com 211 (11,85%), e a Justiça do Trabalho, com 153 (8,59%).

Quando observamos as 1ª e 2ª instâncias em que tais processos se encontram, vê-se que, na Justiça Estadual, 900 (70,48%) está no 1º grau; e na Justiça trabalhista, 78 (50,98%) encontrava-se no 1º grau. Na Justiça federal e eleitoral, pudemos observar que o maior percentual era de processos no 2º grau, com 131 (62,09%) e 11 (61,11%), respectivamente.

LOCALIZAÇÃO	1ª INSTÂNCIA	2ª INSTÂNCIA	3ª INSTÂNCIA	N/A	DI	TOTAIS	%
Justiça Estadual	900	377				1.277	71,70%
Justiça Federal	80	131				211	11,85%
Justiça do Trabalho	78	75				153	8,59%
Superior Tribunal de Justiça			50		1	51	2,86%
Conselho Nacional de Justiça				27	10	37	2,08%
Tribunal Superior do Trabalho			25			25	1,40%
Justiça Eleitoral	7	11				18	1,01%
Tribunal Superior Eleitoral			6			6	0,34%
Justiça Militar da União		1				1	0,06%
Não informado				2		2	0,11%
Total geral	1.065	595	81	29	11	1.781	100,00%

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

N/A: não se aplica. DI: dado incorreto

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	IN	TOTAL GERAL
Procedimento do Juizado Especial Cível	141	30									171
Ação Trabalhista - Rito Ordinário			110		3	5					118
Ação Civil Coletiva	61	10	1								72
Cumprimento de sentença	61	3									64
Procedimento Sumário	57	4									61
Apelação / Reexame Necessário	24	33									57
Ação Penal - Procedimento Ordinário	39	8									47
Inventário	46			1							47
Execução Contra a Fazenda Pública	39	6									45
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	31	8			1						40
Ação de Alimentos	30										30
Execução da Pena	27										27
Outras medidas provisionais	23	4									27
Alvará Judicial	24	1	1								26
Mandado de Segurança Coletivo	21	3									24
Reintegração / Manutenção de Posse	23	1									24
Dúvida	14	5			1						20
Recurso Inominado	9	8									17
Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão	16										16
Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	14										14
Alimentos - Provisionais	12	2									14
Pedido de Providências					14						14
Ação Civil de Improbidade Administrativa	10	3									13
Agravo				12		1					13
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista			1			12					13
Execução Provisória	12	1									13
Ação Popular	12										12
Consignação em Pagamento	10	1	1								12
Execução Fiscal	6	5	1								12
Tutela	12										12
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo			11								11
Ação Penal - Procedimento Sumário	9	1									10
Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela	8	2									10
Desapropriação	9										9
Providência	9										9
Recurso Administrativo	6	3									9
Divórcio Litigioso	8										8

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	IN	TOTAL GERAL
Imissão na Posse	8										8
Ação Penal de Competência do Júri	7										7
Agravo de Petição		2	3	2							7
Despejo	7										7
Divórcio Consensual	7										7
Embargos à Execução Fiscal	3	4									7
Exceção de Coisa Julgada	6					1					7
Guarda	7										7
Usucapião	7										7
Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento	6										6
Ação de Investigação Judicial Eleitoral				1			4	1			6
Despejo por Falta de Pagamento	5	1									6
Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	5				1						6
Execução de Multa	6										6
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)			5								5
Apuração de Irregularidades em Entidades de Atendimento	5										5
Avarias	5										5
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	5										5
Consulta					5						5
Recurso contra Expedição de Diploma							5				5
Recursos Trabalhistas			5								5
Apelação Cível				4							4
Arrolamento Comum	4										4
Cumprimento Provisório de Sentença	4										4
Dissolução e Liquidação de Sociedade	4										4
Monitória	3	1									4
Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor	4										4
Recurso em Sentido Estrito	4										4
Recurso Especial Eleitoral								4			4
Ação de Cumprimento			1	1		1					3
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo							3				3
Ação Penal				3							3
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição		3									3
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário			1	2							3
Alienação Judicial de Bens	3										3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3										3

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	IN	TOTAL GERAL
Arrolamento de Bens	3										3
Assistência Judiciária	2	1									3
Autorização judicial	3										3
Cobrança de Cédula de Crédito Industrial	3										3
Correição Extraordinária	3										3
Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos	2	1									3
Demarcação / Divisão	3										3
Discriminatória	2	1									3
Embargos				1		2					3
Embargos do Acusado	3										3
Execução de Medida de Segurança	3										3
Habilitação de Crédito	3										3
Impugnação ao Cumprimento de Sentença	3										3
Impugnação ao Valor da Causa			3								3
Instrução de Rescisória	3										3
Interdição	3										3
Prestação de Contas - Exigidas	3										3
Processo Eleitoral							3				3
Recuperação Judicial	3										3
Representação por Excesso de Prazo					3						3
Restituição de Coisas Apreendidas	3										3
Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	3										3
Tutela e Curatela - Nomeação	3										3
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	2										2
Adoção					2						2
Agravo de Execução Penal	1	1									2
Agravo de Instrumento em Recurso de Habeas Corpus				2							2
Agravo de Instrumento em Recurso de Mandado de Segurança				2							2
Apelação				2							2
Auto de Prisão em Flagrante	2										2
Averiguação de Paternidade	2										2
Conversão de Pena				1					1		2
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	2										2
Embargos à Adjudicação	2										2
Exceção de Incompetência de Juízo	1	1									2
Exibição	2										2

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	IN	TOTAL GERAL
Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	2										2
Homologação de Transação Extrajudicial	2										2
Justificação	1	1									2
Nomeação de Advogado	2										2
Reclamação Disciplinar	2										2
Reclamação/Revisão Disciplinar						2					2
Recurso de Revista							2				2
Recurso em Habeas Corpus				2							2
Regulamentação de Visitas	2										2
Regularização de Registro Civil	2										2
Separação Consensual	2										2
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais				1							1
Ação de Improbidade Administrativa				1							1
Adoção c/c Destituição do Poder Familiar	1										1
Alienação de Bens do Acusado	1										1
Anulação e Substituição de Títulos ao Portador	1										1
Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio	1										1
Arresto	1										1
Arrolamento Sumário	1										1
Atentado			1								1
Cautelar Inominada								1			1
Confirmação de Testamento	1										1
Correição Ordinária	1										1
Correição Parcial ou Reclamação Correicional		1									1
Crimes Contra a Propriedade Imaterial	1										1
Declaratória de Constitucionalidade	1										1
Dissídio Coletivo			1								1
Embargos à Arrematação	1										1
Embargos de Divergência em Recurso Especial				1							1
Embargos Infringentes e de Nulidade	1										1
Execução de Certidão de Crédito Judicial			1								1
Execução em Ação Rescisória				1							1
Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação	1										1
Execução Provisória em Autos Suplementares			1								1
Herança Jacente	1										1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	CNJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	IN	TOTAL GERAL
Incidente de Uniformização de Jurisprudência				1							1
Inquérito Extrajudicial	1										1
Liberdade Provisória com ou sem fiança				1							1
Liquidação por Artigos	1										1
Medidas Assecuratórias		1									1
Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	1										1
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1										1
Notificação para Explicações	1										1
Nunciação de Obra Nova	1										1
Oposição	1										1
Pedido de Busca e Apreensão Criminal	1										1
Pedido de Prisão Preventiva	1										1
Prestação de Contas - Oferecidas	1										1
Produção Antecipada de Provas	1										1
Protesto	1										1
Reabilitação				1							1
Recuperação Extrajudicial	1										1
Recurso em Mandado de Segurança				1							1
Recurso em Procedimento de Controle Administrativo					1						1
Recurso em Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor	1										1
Recurso em sentido estrito/Recurso <i>ex officio</i>		1									1
Remoção de Inventariante	1										1
Renovatória de Locação	1										1
Retificação de Registro de Imóvel	1										1
Sentença Estrangeira				1							1
Separação Litigiosa	1										1
Sobrepartilha	1										1
Superveniência de doença mental				1							1
Suspensão de Execução de Sentença	1										1
Termo Circunstanciado	1										1
Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa	1										1
Unificação de penas				1							1
Não Informado	217	49	5	4	4	1	3			2	285
Total Geral	1.277	211	153	51	37	25	18	6	1	2	1.781

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

NI: não informado.

As reclamações concernentes a processos julgados representaram 40,93% dos registros, e os em fase de execução, 28,75%. No quarto trimestre de 2012, a maior parte não havia sido julgada (1.000 = 57,01%), e quanto à execução, 1.203 (68,59%) não haviam atingido tal fase.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	N/A	SIM	NÃO	N/A	
Justiça Estadual	477	800		344	933		1.277
Justiça Federal	87	124		43	168		211
Justiça do Trabalho	128	25		108	45		153
Superior Tribunal de Justiça	23	28		12	39		51
Conselho Nacional de Justiça		37			37		37
Tribunal Superior do Trabalho	9	16		3	22		25
Justiça Eleitoral	2	16		1	17		18
Tribunal Superior Eleitoral	2	4			6		6
Justiça Militar da União	1			1			1
Não informado			2			2	2
Total geral	729	1.050	2	512	1.267	2	1.781
	40,93%	58,96%	0,11%	28,75%	71,14%	0,11%	100,00%

Não contabilizados os processos em tramitação no STF. N/A: não se aplica.

2.3. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. No terceiro trimestre de 2013, foram recebidas 10 manifestações em que foi utilizado o nome do CNJ e 2 em que foi utilizado nome de órgão do Poder Judiciário. O procedimento recorrente consiste em o golpista, usando do nome do CNJ ou de tribunal, solicitar vantagem indevida à possível vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado o inquérito policial 1.838/2010-4-SR/DPF/DF, no Departamento de Polícia Federal.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ e informando que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contato telefônico para cobrar valores referentes a ações em curso no Poder Judiciário.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

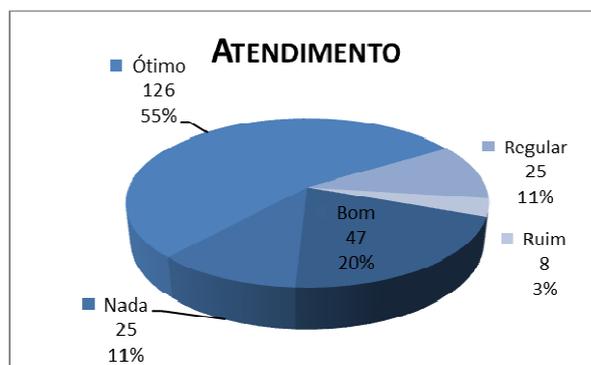
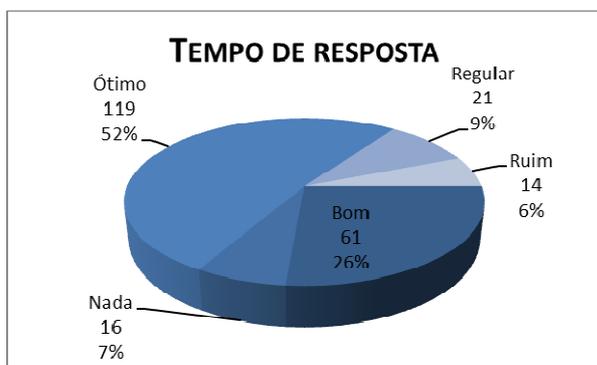
A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação,

demonstrando a importância do auxílio das unidades para o adequado desfecho das solicitações iniciadas na Ouvidoria:

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAL GERAL
Corregedoria Nacional de Justiça	161	1	162
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)	108		108
Secretaria Processual	37		37
Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)	17		17
Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo	12		12
Diretoria Geral (DG)	11		11
Seção de Protocolo e Digitalização	10		10
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	9		9
Secretaria de Comunicação Social	9		9
Departamento de Gestão Estratégica (DGE)	7		7
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD)	4		4
Gabinete da Conselheira Maria Cristina Irigoyen Peduzzi	4		4
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	4		4
Secretaria-Geral	4		4
Gabinete do Conselheiro Saulo José Casali Bahia	3		3
Gabinete da Conselheira Deborah Ciocci	2		2
Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO)	1		1
Gabinete do Conselheiro Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira	1		1
Gabinete do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira	1		1
Gabinete do Conselheiro Gilberto Valente Martins		1	1
Gabinete da Conselheira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	1		1
Seção de Educação Corporativa (SEDUC)	1		1
Seção de Gestão de Contratos	1		1
Seção de Pagamento (SEPAG)	1		1
Total Geral	409	2	411

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, tem-se oferecido aos cidadãos a opção, não obrigatória, de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir:



	CLAREZA		SATISFAÇÃO	
	TOTAIS	%	TOTAIS	%
Não	54	23,38%	113	48,92%
Sim	177	76,62%	118	51,08%
Total	231	100,00%	231	100,00%

Os dados demonstram considerável satisfação dos demandantes quanto ao atendimento, tempo para envio da resposta e clareza pelos serviços prestados pela Ouvidoria, porém baixa satisfação quanto ao desfecho da manifestação, o que indica que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2.º e 4.º, III, da Resolução 103/2010, do CNJ, houve, no período, 1.916 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e a outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7.º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAL GERAL
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	256	4	6	1	267
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	232	10	16	1	259
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)	57	104	4	13	178
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)	136	1	6		143
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)	27	38	1	4	70
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	53	11	3		67
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	52	6	3	1	62
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)	57		3	1	61
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	38	11	1	3	53
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)	44		3		47
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	43	1	2		46

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAL GERAL
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	41	2	1		44
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	41		2		43
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)	38	2	2		42
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	21	16		3	40
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	9	24	3	1	37
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	35	1	1		37
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)	32	1	1		34
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)	27	1	1		29
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	28				28
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC)	23				23
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI)	18	3	2		23
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL)	12	7		1	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT)	15	1	3		19
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS)	2	15		1	18
Seção de Informação ao Sistema Prisional do Estado de São Paulo	13	1	3		17
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)	11	5			16
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15)	14		2		16
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)	13	1	1		15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	13	1			14
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	12				12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE)	8				8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO)	8				8
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17)	8				8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)	6		2		8
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia (TRE-BA)	7				7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16)	6				6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)	2	2	2		6
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11)	3	1			4

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAL GERAL
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20)	3	1			4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	4				4
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)	1	3			4
Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	1	2			3
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	2	1			3
Núcleo de Informação ao Cidadão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	2			1	3
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	2			1	3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)	3				3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7)	2			1	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9)	2			1	3
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária de Santa Catarina (TRF4/SJSC)	3				3
Ouvidoria do Superior Tribunal Militar (STM)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)	1			1	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina (TRE-SC)	2				2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI)		1		1	2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)		1		1	2
Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)		1			1
Corregedoria de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO)		1			1
Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	1				1
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)				1	1
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)		1			1
Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 24ª Região		1			1
Corregedoria Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina		1			1
Corregedoria-Geral de Justiça do Espírito Santo	1				1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)	1				1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)	1				1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do	1				1

ÓRGÃO DE DESTINO	ACOMPANHAMENTO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	ENVIADO SEM ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO SEM SOLUÇÃO	TOTAL GERAL
Amapá (TJAP)					
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18)			1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT22)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8)			1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais (TRE-MG)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE-PA)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte (TRE-RN)	1				1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (TRF4/SJRS)		1			1
Total Geral	1.517	285	81	33	1.916

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das manifestações encaminhadas, 1.517 (79,18%) obtiveram solução, enquanto que 285 (14,87%) permaneciam em acompanhamento e 33 (1,72%) foram finalizadas sem solução.

Foram encaminhadas demandas para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores, por meio do Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratados neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, com menção particular aos dados concernentes às demandas pertinentes à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Neste trimestre, a Ouvidoria do CNJ não recebeu demandas sobre a sociedade empresária Ympactus Comercial Ltda (TelexFree), tendo o recebimento de demandas sido normalizado.

Foram recebidos na Ouvidoria do CNJ, neste trimestre, 115 relatos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, um aumento de 49,35%, em relação ao trimestre anterior.

O assunto *morosidade processual no Poder Judiciário*, permanece em 1º lugar no ranking de reclamações. No entanto observamos uma alteração referente ao assunto *decisão judicial*, que no relatório anterior ocupava a 5ª colocação, voltou a ocupar o 2º lugar neste trimestre, seguido de *matéria de cunho jurisdicional*.

Constata-se, neste relatório, assim como no relatório referente ao trimestre anterior, que São Paulo e Rio de Janeiro são os estados de onde provém o maior número de manifestações.

Pudemos observar, ainda, que houve uma mudança no perfil dos manifestantes que mais procuraram a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça. Enquanto no trimestre anterior, os perfis predominantes eram de profissionais liberais/autônomos e empregados de empresa privada, neste relatório, o perfil que mais buscou o auxílio e orientação desta Ouvidoria, foi de advogados, seguidos de servidores públicos.

Brasília, 1 de abril de 2014.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe do Gabinete da Ouvidoria

Flávia Somorovski Torres
Chefe de Seção

Allan Breno Santos Pereira - estagiário
Anderson Moreira da Silva - secretário
Francisca Silva e Leal Filha - secretária
Edinéia Coimbra de Oliveira - servidora

Eunice de Costa Oliveira - recepcionista
Hubner Alessandro Rocha - servidor
Mariana Feltrini Turibio - servidora
Rebeca Pereira de Oliveira - recepcionista